

TILLIER, Bertrand. *La Disgrâce des statues. Essai sur les conflits de mémoire, de la Révolution française à Black Lives Matter.* Paris: Payot, 2022.

Memórias conflitivas e espaço público: o que contam as estátuas?

Conflicting memories and public space: what do statues tell us?

Laurine Sézérat

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

Este resumo apresenta o livro *La Disgrâce des statues. Essai sur les conflits de mémoire, de la Révolution française à Black Lives Matter*, do historiador francês Bertrand Tillier, voltado à análise do fenômeno da “estatuoclastia”. Apoiando-se em rico corpus teórico e numerosos exemplos transnacionais, o autor descreve como as sociedades atacaram constantemente as estátuas, ressaltando assim o processo de sua presença no espaço público. Os exemplos de estatuoclastia citados podem ser ações isoladas ou estarem diretamente ligados a movimentos sociais (movimento contra a monarquia na França, movimentos contra ditaduras comunistas na Europa de Leste, Primaveras árabes, movimentos de denúncia dos apoiantes da escravatura ou colonialismo, Black Lives Matter, Gilets jaunes etc.). A diversidade das ações perpetradas contra as estátuas pode ser distinguida pela sua temporalidade, meios e motivos. A análise põe em evidência o significado político e simbólico das ações, bem como os conflitos de memória e imagens que elas suscitam. Para concluir, o historiador questiona o futuro patrimonial das estátuas e as possibilidades para levar tanto em conta a complexidade da história como as reivindicações memoriais. O estudo do fenômeno da estatuoclastia mostra a importância de contextualizar as estátuas para compreender o seu significado no presente e, de forma mais geral, realça a dimensão memorial do espaço urbano.

Palavras-chave: Estátua, Memória, Espaço público, Conflito, Estatuoclastia.

Recebido em 16 de novembro de 2024.
Aceito em 17 de janeiro de 2025.

ABSTRACT

This summary presents the essay *La Disgrâce des statues. Essai sur les conflits de mémoire, de la Révolution française à Black Lives Matter* by the French historian Bertrand Tillier which analyzes the phenomenon of “statuoclasty”. Drawing on a rich theoretical corpus and numerous transnational examples, the author describes how societies have continued to attack statues, thereby questioning their construction process in public space. The examples of statuoclasty cited can be isolated actions or be directly linked to social movements (movement against the monarchy in France, movements against the communist dictatorships of Eastern Europe, the Arab springs, movements which denounce the supporters of slavery or colonialism, Black Lives Matter, Gilets jaunes, etc.). The diversity of actions perpetrated against statues are distinguished by their temporality, means and motives. The analysis highlights the political and symbolic significance of the actions, as well as the conflicts of memory and the images that they generate. In conclusion, the historian questions the heritage future of statues and the possibilities for taking into account both the complexity of history and memorial claims. The study of the phenomenon of statuoclasty shows the importance of contextualizing statues to understand their meaning in the present and, in general, highlights the memorial dimension of urban space.

Keywords: Statue, Memory, Public space, Conflict, Statuoclasty.

Em *La Disgrâce des statues. Essai sur les conflits de mémoire, de la Révolution française à Black Lives Matter*, Bertrand Tillier, historiador francês, propõe estudar de um ponto de vista antropológico o lugar das estátuas no espaço público, as razões da sua veneração e rejeição, os conflitos de memória que geram, bem como os diversos ataques contra elas (grafites, embalagem, desfiguração, desparafusamento, destruição, deslocamento etc.). Seu estudo baseia-se em uma abundante bibliografia francesa e estrangeira e em exemplos de diferentes locais do mundo, ilustrados por cerca de trinta fotografias.

O autor inicia sua análise com o evento histórico da Revolução Francesa em 1789. Essa escolha é, em parte, justificada pelas reações suscitadas pela destruição de vários emblemas da monarquia francesa, ou seja, o surgimento de um movimento de proteção dos monumentos que deu origem à noção de patrimônio nacional. Todos os exemplos citados no livro são acontecimentos ocorridos durante os séculos XIX e XX, e ações mais recentes, como as do movimento Black Lives Matter e outros protestos impulsionados por movimentos sociais.

Embora esses fenômenos de ataque a estátuas sejam comumente descritos como “vandalismo” ou “iconoclastia”, o autor prefere utilizar um termo que não seja associado a conotações negativas ou a um imaginário religioso. Por isso sua escolha do neologismo “estatuoclastia”. Segundo Bertrand Tillier, a estatuoclastia é a outra face da estatuomania

(Agulhon, 1978), que seria a multiplicação de estátuas comemorativas nos espaços públicos. A estatuoclastia seria “uma iconoclastia exclusivamente contra a estatuária pública” (Tillier, 2022, p. 28).

A partir dessa definição, Bertrand Tillier examina os discursos, ações e imaginários que questionam a presença de estátuas nos espaços públicos. O autor mostra que uma estátua pública é um “monumento falante”, portador de valores que devem ser compatíveis com as diferentes concepções de direito, ética, política, cultura e estética das autoridades públicas, mas também dos cidadãos. Caso contrário, podem surgir verdadeiros debates, conflitos e protestos. Essas cisões são principalmente relacionadas: à legitimidade da personalidade para receber uma homenagem monumental e seu direito de entrar na história; à iconografia, forma e dimensão do monumento dedicado à personalidade e sua localização; e à escolha do escultor e das modalidades e custo econômico da encomenda. Pela multiplicidade desses fatores, entendemos que raramente existe um “consenso memorial” imediato quando uma estátua é erguida no espaço público e que “guerras de memória” podem surgir antes mesmo da inauguração da estátua. Nesse sentido, o autor descreve a história de duas estátuas em Paris: a de Balzac feita por Rodin, que teve que esperar 40 anos antes de sua inauguração definitiva (1939)¹, e a do Capitão Dreyfus² que, apesar de múltiplas releituras da obra ao longo dos anos, sempre originou fortes divergências.

Assim, como verdadeiros “dispositivos de memória”, as estátuas podem ser vetores de identidade comum por meio da materialização no espaço público de um acontecimento ou de uma história do passado. Por um lado, elas são percebidas como duplos e substitutos das pessoas físicas que representam e, por outro, seus agressores as extraem da “indiferença social” ao reativar sua carga simbólica e política por meio dos seus gestos contestatórios. Isso explica a existência dessa ideia recorrente de fetichismo invertido dos estatuoclastas, para quem a estátua pública se tornaria um “objeto mágico”. Explica também as práticas que podem ser associadas a expressões emocionais, como as carícias que ao longo dos anos poliram a perna da estátua de Victor Noir³ no cemitério do Père-Lachaise em Paris, associadas ao aumento da fertilidade e virilidade.

Esses rituais de apropriação podem mesmo promover a reinterpretação de uma estátua:

1 Honoré de Balzac foi um grande escritor francês da primeira metade do século XIX. Em 1888, pouco depois da sua morte, a Société des gens de lettres decidiu erger um monumento em sua homenagem. O escultor Auguste Rodin foi escolhido para realizar o projeto, mas seu trabalho causou polêmica por romper com a tradição e os códigos usuais dos monumentos comemorativos.

2 O caso Dreyfus foi um escândalo que dividiu a França nos finais do século XIX, envolvendo a acusação e condenação de um jovem capitão do exército, de fé e origem judaica, Alfred Dreyfus, por traição.

3 Victor Noir era um jornalista que trabalhava em um dos jornais mais radicais de Paris na época do Segundo Império. Em 1870, seu assassinato por Pierre Bonaparte (o primo do imperador) provocou uma grande comoção, simbolizando a luta contra a repressão do Império.

em Paris, o caso mais famoso é o da *Flamme de la Liberté*, oferecida pelos Estados Unidos à França por ocasião do centenário da estátua de Bartholdi⁴. Instalado acima do túnel de Alma, mudou de significado após a morte accidental da Princesa Diana nesse mesmo túnel⁵. Os rituais dos admiradores da princesa transformaram o monumento em “estela comemorativa” e levaram a Prefeitura de Paris a chamar o local de *Place Diana*.

Entretanto, seja a estátua um monumento venerado ou odiado, qualquer ação contra ela pode ser associada a uma performance, e quanto mais espetacular for o ato, mais a ideologia ou a causa que defende ficará gravada nos imaginários. Em 1993, por exemplo, ativistas de Act Up, com o apoio da marca United Colors of Benetton, enrolaram um preservativo rosa gigante de 30 metros ao redor do obelisco na *place de la Concorde*, em Paris, para denunciar as consequências da epidemia de AIDS e a falta de acesso ao tratamento. O ato, realizado no meio da noite, criou um efeito de surpresa extremamente eficaz quando os parisienses acordaram no dia seguinte. O monumento não foi vandalizado, nem foi escolhido pelas “feridas simbólicas” que representa. O obelisco da *place de la Concorde* foi escolhido para se tornar o suporte de uma mensagem, um tipo de “plataforma para espetacularização e midiatisação” de uma reivindicação.

Portanto, há maneiras muito diferentes de se apropriar de uma estátua no espaço público. Entretanto, qualquer seja a natureza dessa apropriação (afetiva, identitária, fetichista, comunitária, política etc.), ela dirige certa atenção às estátuas no espaço público. Apesar da “coabitacão quotidiana”, as estátuas não são simplesmente parte da paisagem da rua. Embora os pedestres nem sempre estejam cientes de seu significado e simbolismo, as estátuas exercem poder por meio de sua presença: na memória, porque todas as estátuas públicas fazem parte de um tributo a uma figura ilustre, e na escrita da história, que nunca é neutra.

Nesse sentido, as estátuas no espaço público são “imagens em ação” (Lefebvre, 1958). De acordo com as teorias de Bredekamp (2015) sobre a imagem, as estátuas devem ser vistas como obras de arte com o poder de agir, por meio do efeito que produzem, e de transmitir valores e memórias. Dessa forma, as estátuas públicas podem ser vistas não apenas como imagens sociais ativas, mas também como “catalisadores de ação crítica” para grupos ou movimentos sociais. Criticar a presença de certas estátuas no espaço público permite que esses grupos ou movimentos, por um lado, apontem que o espaço público deve ser “pensado como um bem comum que é experimentado e não exclusivo” (Tillier, 2022, p. 87). Por outro lado, permite que eles afirmem suas lutas e valores e denunciem situações de injustiça.

Nessa perspectiva, Bertrand Tillier descreve os episódios revolucionários como os

⁴ Auguste Bartholdi foi um escultor francês, principalmente conhecido por ter projetado a Estátua da Liberdade, situada na entrada do Porto de Nova Iorque.

⁵ No dia 31 de agosto de 1997, perseguida por paparazzi, a princesa britânica Lady Diana foi vítima de um terrível acidente de carro no túnel de Alma (8º arrondissement) em Paris.

períodos mais intensos da estatuoclastia, com críticas à monarquia durante a Revolução Francesa e Comuna na França, aos regimes comunistas na URSS e na Europa, às ditaduras no Egípto, Líbia e Tunísia com as Primaveras Árabes e ao colonialismo nos Estados Unidos, África do Sul, Inglaterra, França, Espanha e vários países latino-americanos. Mais precisamente, o autor define como “crítica democrática das estátuas” as ações que afetam personificações do colonialismo e da opressão branca (Cecil J. Rhodes na África do Sul, generais sulistas nos Estados Unidos), traficantes de escravos na Europa (Léopold II em Bruxelas, Colston em Bristol) e vários outras figuras recentemente atacadas pela ambivalência de suas ações (Victor Schoelcher, Winston Churchill, Gandhi). Compreendemos, por meio de todos esses exemplos e da diversidade da sua localização geográfica, que a reivindicação por meio da estatuoclastia se tornou um fenômeno globalizado.

Desde 2015, várias estátuas que eram quase invisíveis no espaço público se tornaram alvo de diferentes movimentos sociais (movimentos antirracistas e anticolonialistas inspirados por Rhodes Must Fall ou Black Lives Matter, movimento social dos Gilets jaunes). Por um lado, as estátuas serviram de suporte de expressão e protesto no espaço público e permitiram desafiar a ordem gráfica do espaço urbano. Por outro lado, as estátuas foram desfiguradas, decapitadas, desparafusadas para que os valores portados e a dominação encarnada virassem contra as pessoalidades das estátuas. Todas essas ações mostram que as estátuas podem ser dessacralizadas e “des-tombadas”, ou até mesmo gerar novas imagens.

Para concluir, o historiador questiona o futuro patrimonial das estátuas. Desde a década de 1990, muitas estátuas controversas foram deslocadas para museus (Museu de Spandau em Berlin) ou parques (Muzeon Art Park em Moscou, Gruto Parken na Lituânia). Isso permitiu tirar o poder de expressão das estátuas no espaço público, preservando ao mesmo tempo sua carga patrimonial. Contudo, nesses museus ou parques, a “vida social” (Appadurai, 1986) das estátuas não acabou, na medida em que esses locais não podem ser considerados espaços pacificados. É ilusório acreditar que os conflitos memoriais e tentativas de reescrever a história, por mais legítimos e bem fundamentados que sejam, possam ser resolvidos por uma única política de remoção (radical ou negociada) de estátuas dos espaços públicos. As estátuas não são mais visíveis na teatralidade simbólica do espaço social, mas permanecem na sua materialidade.

Trata-se, portanto, de questionar as alternativas possíveis “que permitiriam tanto levar em conta a complexidade da história como o reequilíbrio das reivindicações memoriais, respeitando ao mesmo tempo a polissemia das estátuas contestadas que tecem dimensões históricas, artísticas e patrimoniais” (Tillier, 2022, p. 341). Entre as soluções consideradas, o autor descreve a possibilidade de colocar as estátuas em diálogo com o espaço cidadão para fins educativos, ou seja, politizar as estátuas ao colocar notas explicativas ao lado delas, não para evitar a estatuoclastia, mas para contar a sua história. Não para negar o passado, mas para

assumir o patrimônio histórico e respeitar as vítimas de sua violência.

De um modo geral, o livro permite entender o fenômeno da estatuoclastia e como suas ações possibilitam que o espaço público se torne um espaço de disputa memorial. Mais do que materializar memórias ambíguas, a presença de estátuas no espaço público questiona o que é concretamente herdado no espaço urbano – sejam monumentos, paisagem ou arquitetura das nossas cidades – e como esse patrimônio participa da construção da nossa relação com o passado, o presente e o futuro desejado na construção de uma memória coletiva.

REFERÊNCIAS

1. AGULHON, Maurice. La “statuomanie” et l’histoire. *Ethnologie française*, [s. l.], v. 8, n. 2–3, p. 145–172, 1978.
2. APPADURAI, Arjun. **The Social Life of Things**: Commodities in Cultural Perspective. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
3. BREDEKAMP, Horst. **Théorie de l’acte d’image**. Paris: La Découverte, 2015.
4. LEFEBVRE, Henri. **Critique de la vie quotidienne**. Paris: L’Arche, 1958. v. 2
5. TILLIER, Bertrand. **La Disgrâce des statues**: Essai sur les conflits de mémoire, de la Révolution française à Black Lives Matter. Paris: Payot, 2022.

Laurine Sézérat

Pós-doutoranda no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em cotutela com a Université Paris 8. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1554-7725>. E-mail: sezerat.laurine@gmail.com